



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES  
GERÊNCIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS  
COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE BENS, MATERIAIS E SEGURANÇA PREDIAL

NOTA TÉCNICA SEI Nº 1064/2026/CBSEG/GELOG/SUDEG/DIR/ANTT

Interessado: GERÊNCIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Referência: Processo nº 50500.002168/2026-34

Assunto: Contratação de empresa especializada em serviços continuados de transporte rodoviário de cargas

1. OBJETO
- 1.1. Trata-se de procedimento administrativo instruído a fim de contratação de empresa cujo objeto seria a contratação de serviços continuados de transporte rodoviário de cargas, em âmbito nacional.
2. ANTECEDENTES
- 2.1. A Agência Nacional de Transportes Terrestres tem contrato vigente com a empresa **TRANSPORTADORA NEY DAS MUDANÇAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.290.111/0001-91, até 12/05/2026, para atender demanda suscitada no item 1 da presente Nota.
- 2.2. De acordo com a Cláusula Segunda do contrato – DA VIGÊNCIA –, será admitida prorrogação da vigência do referido contrato por interesse das partes por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.3. Assim, solicitou-se manifestação da empresa referida acerca do interesse na prorrogação do certame, a qual se manifestou no sentido do indeferimento da continuidade do Contrato n.º 10/2024, conforme documentos acostados aos autos - ANTT - Ofício 1787 (38551197) e Ofício MANIFESTAÇÃO TRANSPORTADORA NEY PRORROGAÇÃO (38793348).
3. PROPOSTA
- 3.1. Dessa forma, buscando-se evitar possíveis prejuízos ao regular funcionamento das atividades institucionais desta Agência, considerando a necessidade da continuidade dos serviços prestados aos usuários internos e inclusive externos, em face da negativa de continuidade do contrato atual por parte da contratada, e ainda objetivando manter obrigações administrativas e institucionais diversas torna-se imprescindível e urgente a contratação de nova empresa para o objeto elucidado na presente Nota.
4. ANÁLISE
- 4.1. A ANTT tem dimensão Nacional, com escritórios de fiscalização situados nos mais diversos Estados do país. Recorrentemente há necessidade de deslocamento de mobiliários, eletrodomésticos, dentre outros itens necessários ao fiel funcionamento das Sedes Regionais e dos escritórios de fiscalização espalhados pelo país.
- 4.2. Destaca-se que o Decreto nº 4.004/2001 obriga a Administração conceder as despesas de transporte do servidor e de sua família, incluindo passagem, bagagem e bens pessoais em caso de remoção de ofício, que se trata de deslocamento do servidor, no interesse da administração, independentemente da vontade dele.
- 4.3. Ou seja, a administração pública tem a **obrigação de arcar com as despesas de transporte e mudança** (ajuda de custo) de servidor público quando a remoção ocorre *ex officio* (de ofício), no caso de interesse da administração e com mudança de sede. Essa garantia está prevista no artigo 53 da Lei nº 8.112/1990 e visa compensar as despesas de instalação na nova localidade.
- 4.4. Nesse contexto, elenca-se necessidade constante tanto na remoção de servidores, quanto na movimentação de bens patrimoniais decorrente de demandas das Unidades Regionais e Sede da ANTT.
- 4.5. No mais, no intuito de vislumbrar as quantidades a serem contratadas, estimou-se memorial de cálculo ,com a média de utilização nos três últimos exercícios, tanto para a cubagem a ser transportada, quanto para o valor estimado para o pagamento de seguro das cargas a serem transportadas. Esses cálculos se materializaram no documento SEI nº 39351987, resumo a seguir:

Ano	Valor Aprovado (Transporte + Seguro)	SOMA - 2023/2024/2025	MÉDIA - 2023/2024/2025
2023	R\$ 148.719,74	R\$ 237.103,47	R\$ 79.034,49
2024	R\$ 41.682,16		
2025	R\$ 46.701,57		

Faixa de Distância	Cubagem (M³)			SOMA - 2023/2024/2025	MÉDIA DE CUBAGEM (M³) - 2023/2024/2025
	2023	2024	2025		
0 a 50	240	0	240	480	160
51 a 500	0	0	0	0	0
501 a 1000	165	30	0	195	65
1001 a 2000	299	89,7	24	412,7	137,6
2001 a 3000	100	5	38	143	47,7
acima de 3000	0	0	0	0	0

- 4.6. Ainda acerca da planilha anexa, o cálculo revela que duas medidas de "faixas de distâncias" não foram utilizadas ("51 a 500" e "a cima de 3000"), logo, tais faixas se sugerem dispensadas na nova contratação, considerando que outras margens podem abranger as medidas zeradas no contrato anterior.
- 4.7. No mais, acerca do valor encontrado na média da cubagem na planilha, fazem-se necessárias algumas ponderações. A ANTT fez novo concurso público e admitiu novos servidores, podendo ocasionar elevação da demanda de movimentações e mudanças.
- 4.8. Além disso, notou-se que, depois da contratação anterior, houve aumento das movimentações entre Unidades Regionais, Escritórios de Fiscalização e SEDE em Brasília-DF. O aumento se deve aos escritórios que estão sendo reformados e demandam equipamentos novos; além disso, encontra-se em andamento a aquisição de bens diversos, como mobiliários, eletrodomésticos, e alguns equipamentos de informática que possuem elevadas dimensões e requerem a utilização dos serviços da transportadora, pois serão entregues na Sede da ANTT e deverão ser redirecionados para as Unidades Regionais.

4.9. Dessa forma, entende-se que a média de cubagem deve ter parâmetros maiores do que os apresentados no cálculo. Sugere-se, assim, considerar para o cálculo do valor do contrato ao menos o dobro do valor apresentado na média de cubagem, evitando possíveis não atendimentos ao longo da vigência do contrato, observando ainda especialmente a inflação, o custo operacional das empresas (combustível e manutenção, por exemplo), enfim, valores aumentam naturalmente e devemos prever elevação da demanda e o equilíbrio do contrato.

4.10. Em face de todo exposto, apresenta-se a seguir faixas de distâncias e cubagens sugeridas para a próxima contratação:

Faixa de Distância (Km)	CUBAGEM A SER CONSIDERADA PARA CÁLCULO DO VALOR DO CONTRATO	MÉDIA DE CUBAGEM (M³) - 2023/2024/2025
0 a 500	320	160
501 a 1000	130	65
1001 a 2000	275,2	137,6
ACIMA DE 2001	95,4	47,7

#### 5. BASE LEGAL

5.1. Decreto nº 4.004/2001, dispõe sobre a concessão de ajuda de custo e de transporte aos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

5.2. Lei nº 14.133, de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

5.3. Lei nº 8.112/1990, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

#### 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1. Em vista de todo exposto, consideram-se prestadas as análises e informações pertinentes necessárias à concepção do prosseguimento das providências inerentes a contratação de nova empresa para atender às demandas desta Agência, conforme demonstrada imprescindibilidade do pleito.

**EDSON MONTEIRO CUNHA**

Analista Administrativo

**DANIEL ANTONIO DA MOTA ARAUJO**

Coordenador de Gestão de Bens, Materiais e Segurança Predial - CBSEG

**CLÁUDIA FÁTIMA DA FONSECA ALVES**

Gerente de Recursos Logísticos



Documento assinado eletronicamente por **EDSON MONTEIRO CUNHA**, Analista Administrativo, em 11/02/2026, às 08:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL ANTONIO DA MOTA ARAUJO**, Coordenador(a), em 11/02/2026, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA FATIMA DA FONSECA ALVES**, Gerente, em 11/02/2026, às 19:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **39215993** e o código CRC **512DEDA5**.